

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARSTED, Leila L. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil: 10 anos de luta feminista. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 0, p. 104-30, 1992.
- _____. Sexualidade e reprodução: Estado e sociedade. In: BILAC, Elizabeth e ROCHA, M. Isabel B. (orgs.). *Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Ed. 34, 1998, p. 147-81.
- _____. Breve panorama dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. In: BARSTED, Leila L. e HERMANN, Jacqueline (orgs.). *As mulheres e os direitos civis*. Rio de Janeiro: CEPIA, 1999a, p. 43-63.
- _____. Família, sexualidade e reprodução no direito brasileiro. In: GIFFIN, Karen e COSTA, Sarah H. (orgs.). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999b, p. 51-66.
- BOCAYUVA, Helena. *Erotismo à brasileira: o excesso sexual na obra de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas. Área Técnica Saúde da Mulher. *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica*. Brasília, 1999.
- CORRÉA, Sonia. Saúde reprodutiva, gênero e sexualidade: legitimação e novas interrogações. In: GIFFIN, Karen e COSTA, Sarah H. (orgs.). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, p. 39-49.
- GRUPO CERES. *Espelho de Vênus: identidade social e sexual da mulher*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PETCHESKY, Rosalind P. Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: BARBOSA, Regina M. e PARKER, Richard (orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: IMS/UEA, 1999, p. 16-38.
- PITANGUY, Jacqueline. O movimento nacional e internacional de saúde. In: GIFFIN, Karen e COSTA, Sarah H. (orgs.). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, p. 19-38.
- VENTURA, Miriam. *Direitos das pessoas vivendo com HIV/aids*. Rio de Janeiro: Grupo pela Vida, 1993.

SEXUALIDADE, GÊNERO E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Wilza Vieira Villela *
Margareth Ailha **

Se é certo que nossas condutas reprodutivas têm sido sempre iguais desde que o ser humano é ser humano, a maneira como os seres humanos têm explicado a si mesmos essas condutas tem variado enormemente ao longo da existência humana.

AURIOLES, 1994, p. 18

Nos últimos três séculos, mudamos radicalmente o modo de interpretar a existência de machos e fêmeas humanos. Durante mais de 2 mil anos, nas diversas culturas ocidentais, dominou o entendimento de que o humano era representado pelos homens, sendo as mulheres modos de corporeidade e existência intermediárias entre a humanidade e a animalidade.¹

A partir do século XVIII, passou-se a admitir que as mulheres são tão humanas como os homens, embora muito diferentes – diferença que não está apenas no corpo, mas no caráter e na personalidade das mulheres. Dado que a função precípua destas é a procriação, Deus, ou a natureza, teria feito esse ser com todas as características – físicas e mentais – necessárias ao bom desempenho dessa tarefa.

* Médica, doutora em Medicina Preventiva e pesquisadora do Instituto de Saúde de São Paulo – Coordenação dos Institutos de Pesquisa, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

** Assessora de políticas de saúde reprodutiva e gênero da Equipe de Apoio Técnico para América Latina e Caribe do Fundo de População das Nações Unidas; foi diretora e pesquisadora do Ecos – Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução.

Ao longo do século XX, tomou força a perspectiva de que subjetividades, desejos, modos de ser, de dar e obter prazer não necessariamente guardam uma relação direta com a existência de úteros, ovários ou testículos, nem têm como finalidade a reprodução. Os avanços no campo da cirurgia e da estética permitem remover esses órgãos, esculpindo vaginas onde anteriormente havia pênis, implantando pênis onde havia vagina, mudando a distribuição de pêlos, gordura e massa muscular. São inúmeras as tecnologias que permitem às mulheres ter sexo sem engravidar. As relações sexuais e amorosas entre pessoas do mesmo sexo adquirem estatuto de normalidade. Bebês podem ser feitos em laboratórios, mulheres podem gerar sem ter sido fecundadas e espermatozoides podem fecundar óvulos sem que haja qualquer relação entre os produtores de uns e outros. Ampliam-se os arranjos entendidos como família, ao mesmo tempo que se discute o que seriam os direitos sexuais. Ou seja, a anatomia deixa de ser um destino, tanto quanto a sexualidade deixa definitivamente de se referir a atos privados para se explicitar como prática social, inclusive no âmbito das políticas públicas.

No entanto, não podemos cair no engodo de pensar que a redução da importância da anatomia sexual na determinação das experiências afetivas, eróticas e reprodutivas foi tão somente fruto do avanço do conhecimento sobre o humano. É sabido que a ciência avança nas direções de que vêm os apelos sociais. Os fluxos culturais, políticos e econômicos produzem demandas que exigem a constante reelaboração nas dinâmicas socioculturais. Transformações no mundo do trabalho, necessidades de regulação de nascimentos, pressão das mulheres por uma maior participação na vida pública e mesmo o redimensionamento dos espaços públicos e privados foram processos sociais que incidiram diretamente no cotidiano de cada indivíduo, levando-o a redesenhar sua relação com o mundo, consigo mesmo e com seu corpo, produtivo e reprodutivo, erótico e sexual.

Este texto pontua algumas das mudanças nos modos de entender e vivenciar a sexualidade humana, mapeando atores e motores sociais desse processo. Menos do que responder "o que é o sexo", buscamos, neste trabalho, apontar como as idéias desenvolvidas em torno do sexo são fruto de mecanismos sociais específicos e, ao mesmo tempo, engendram práticas sociais específicas que atendem mais a demandas socioculturais que às vicissitudes do desejo. Assumimos, portanto, que o sexo, tanto quanto um conjunto de atos e sensações, é também um conjunto de fala e idéias. Muito do que sentimos e fazemos no campo do erótico e do sexual é resultado do que falamos e pensamos a esse respeito.

Uma concepção de sexualidade

É relativamente recente o uso do termo sexualidade nos espaços da vida cotidiana. A busca de um termo que exprima, de modo abstrato, as formulações mentais em torno dos atos corporais relacionados à reprodução e ao prazer aponta, exatamente, para aquilo que extrapola a idéia de sexo.

Sexo é uma palavra que admite, ao menos, três significados distintos. Um primeiro assinalaria a posição do sujeito na reprodução sexuada: fecundante (o macho) ou gerador (a fêmea); um segundo estaria referido aos órgãos genitais externos.² Um terceiro, ainda não presente nos dicionários mas amplamente disseminado, diz respeito ao uso do termo sexo precedido do verbo fazer — *fazer sexo* — como sinônimo do ato sexual. Consideremos que, para indicar o ato necessário à reprodução, dispomos de mais dois termos — coito e cópula. Curiosamente, esse último termo é mais usado quando nos referimos a animais. Ao nos referirmos a nós, humanos, costumamos dizer que temos ou fazemos sexo, sendo o termo coito, atualmente, mais utilizado para descrever tipos particulares de atos sexuais.³

O que, de imediato, parece distinguir a cópula do sexo é a experiência do prazer, fenômeno especificamente humano que não se resume a uma sensação corporal. O prazer sexual é algo sobre o qual se pensa e se fala, constituindo-se como experiência subjetiva apoiada em sensações corporais. Assim, a experiência sexual e os diferentes tipos de satisfação que essa experiência propicia produzem emoções e idéias e adquire sentidos distintos para sujeitos particulares em momentos diversos.⁴ O que se verifica é um processo de produção de significados que relaciona atos corporais determinados a sensações específicas, e estas a idéias e fantasias. É no espaço de deslizamento semântico entre um ato vivido real ou imaginariamente, sua significação como sexual e o prazer obtido com esse ato que se funda a idéia de sexualidade. Dito de outro modo, quando se fala de sexualidade não se está mais fazendo referência ao ato sexual, mas ao conjunto de fantasias e idéias que cada um constrói sobre si e para si em função daquilo que supõe levar ao gozo.

As idéias e fantasias que relacionam atos a sensações são retiradas do repertório de idéias circulantes na cultura em que cada um se insere. Assim, a sexualidade se ancora, simultaneamente, em sensações corporais, nos discursos em torno dessas sensações e, ainda, nas normas de permissão e interdição da experiência ou ato que provoca a sensação.

A decisiva intermediação da cultura numa experiência fortemente apoiada no corpo e a potencialidade do sexo em produzir, além de idéias e sensações, outros seres, tornam o sexo e a sexualidade um terreno fértil de indagações a respeito das relações entre o indivíduo e o coletivo. Além disso, como bem demonstrou o historiador francês Michel Foucault (1995), a sexualidade constitui um importante dispositivo social de controle sobre as pessoas. Normas a respeito de com quem é permitido ou proibido ter relações sexuais, onde, como, em que momentos da vida, que práticas sexuais são aceitas e rejeitadas estão presentes nas diferentes sociedades, mesmo que seus conteúdos variem para cada sociedade e momento histórico.

O que tomamos como erótico, ou sexual, portanto, não são fatos dados, e sim aprendidos. Cada cultura, em cada tempo histórico, constrói símbolos e signos do que é aceito e desejável em termos sexuais, construção essa que se articula com base nas necessidades e possibilidades sociais daquela cultura num momento determinado – necessidades e possibilidades que, por sua vez, guardam estreita relação com a questão da reprodução na sociedade em foco. Assim, na medida em que a relação sexual entre um homem e uma mulher pode gerar outros seres, parte das normas a respeito de com quem, como e quando ter sexo é relacionada ao modo como cada cultura lida com a reprodução. Por conseguinte, a organização das sociedades humanas, desde a mais simples à mais complexa, toma como um de seus principais eixos as distinções entre quem fecunda e quem gera, atribuindo valores e significados sociais diferentes a cada uma dessas funções. Segundo Maria Andréa Loyolla (1998, p. 19), “o conjunto de normas que regulam a sexualidade humana em cada cultura a reafirma como um importante elemento de produção de uma ordem social dada”.

Vale ressaltar que a proximidade entre sexo, sexualidade, prazer, reprodução e normas não implica uma continuidade, em que uma das dimensões exija necessariamente as antecedentes e as conseqüentes. Nem todos os atos sexuais dão prazer para os envolvidos, por exemplo, do mesmo modo que o imaginário sexual (sexualidade) pode independe de experiências sexuais reais. Ao mesmo tempo, as normas que regem os atos são gerais e não necessariamente seguidas por todos, tanto quanto são continuamente recriadas.

Tampouco existe qualquer inscrição nos corpos que fecundam ou geram que tornem a relação entre sexo, prazer, reprodução e obediência a normas um fato ou atividade natural ou espontâneo, derivado do desenvolvimento individual. As regras de uso do corpo, de reconhecimento das sensações e a incorporação das normas sociais de permissão ou proibição de alguns

prazeres são apreendidas a partir da cultura, passando a fazer parte do rol de signos cuja atualização contínua marca o diálogo ativo que cada indivíduo mantém com seu espaço social, no processo de produção de subjetividade e de cultura que marca a existência humana.⁵

O que chamamos hoje de sexualidade é, sem dúvida, mais extenso e complexo do que as representações circulantes de *homem* e *mulher*, *macho* e *fêmea*, *masculino* e *feminino*. No entanto, parece ser em torno dessas representações que se elabora grande parte dos discursos que têm construído nossa idéia de sexualidade.

Eusebio Aurióles (1994, p. 18) adverte sobre a dificuldade de definir a sexualidade, já que esta é uma abstração, uma “construção mental”, apontando que as diversas definições de sexualidade são elaboradas em relação com um dado modelo de pensamento. Segundo esse autor, os modelos explicativos da sexualidade humana e os conceitos que daí se derivam agrupam-se em dois pólos de um contínuo, no qual, em um dos extremos, se encontram aqueles modelos que

[...] atribuem à sexualidade um caráter de imperativo biológico que, diante da estrutura social e educativa, luta por expressar-se – a perspectiva essencialista; no outro, a sexualidade é vista basicamente como resultante de uma interação grupal que, a partir de uma base biológica relativamente invariante, origina a diversidade característica de idéias, sentimentos, atitudes e regulação social e institucional do que o grupo entende por sexualidade – a perspectiva interacionista (Aurióles, 1994, p. 21).

Concordando com esse autor, assumimos nosso esforço de descrever a sexualidade dentro da última perspectiva apontada (que orienta este texto em geral), tomando as dimensões de sexo, sexualidade, normas culturais e corporeidade da cada um como peças de um caleidoscópio que, a cada momento, se agru-

pam de modos diferentes. Superposições, descontinuidades, ocultamento ou relevo de uma peça ou outra formam, assim, imagens-síntese de momentos da história individual e coletiva.

Curioso é perceber que, nesse caleidoscópio, as peças que representam o fecundante e a geradora – os homens e as mulheres – e o modo como se agrupam quase sempre vão determinar a forma da imagem final, quaisquer que sejam seus contornos, cores, brilho, tamanho ou posição no quadro.

Breve histórico da sexualidade: apontamentos

A mitologia judaico-cristã fala de um Adão, feito à imagem e semelhança de Deus, e de uma Eva, feita com um pedaço do corpo de Adão. A idéia do corpo feminino – as mulheres – como apresentação incompleta ou imperfeita do corpo masculino remonta a Aristóteles (século IV a.C.), possivelmente como eco de posturas filosóficas ainda mais antigas (Marcondes, 2000).

As teorias de Aristóteles sobre a biologia humana eram centradas no conceito de calor, e afirmavam que, embora os embriões fossem iguais e produzidos unicamente a partir do sêmen, a quantidade de calor transmitida pelo corpo materno determinava o nascimento de machos, se o calor era suficiente, ou de fêmeas, nos casos de insuficiência (Weitz, 1998, p. 3).

Galeno, médico grego que viveu em Roma entre 130 e 201 d.C. e produziu obra importantíssima, baseia-se nessa premissa para postular que mesmo os órgãos reprodutores das mulheres, aparentemente diferentes, na verdade seriam semelhantes aos dos homens, à exceção de sua localização interior, decorrente da falta de aquecimento, que impedia seu desenvolvimento completo e externalização. Usando o discurso científico da época, e fundamentando sua argumentação em observações anatômicas e fisiológicas, Galeno reiterou a existência de ape-

nas um sexo, o masculino, o que tem como corolário a manutenção da hipótese de que as mulheres eram menos humanas, dado que a idéia de humano era configurada no homem. A correlação que faz do corpo da mulher um corpo masculino não desenvolvido é simples: a vagina seria um pênis interno e não desenvolvido; os ovários seriam os testículos; os grandes lábios, o saco escrotal não desenvolvido, e o útero o escroto (Laqueur, 1992, p. 4).

Vale ressaltar que a crença de que as mulheres não tinham um sexo próprio não resulta na indiscriminação entre homens e mulheres, sendo apenas um dos muitos sinais distintivos de sua "inferioridade constitucional" (Costa, 1995a). A idéia é que as mulheres seriam seres intermediários entre os humanos, os homens, e a natureza. Daí sua impossibilidade de aceder às virtudes humanas, como a razão, a temperança e a moral, reservada aos homens, e a maior susceptibilidade às tentações e desejos da carne.

Desse modo, tanto as tradições filosóficas e médicas gregas quanto o cristianismo concordam que as mulheres são homens que não completaram sua formação, física ou moral. O mundo é povoado por homens, completos ou incompletos, não existindo mais que um sexo. Assim, embora na sociedade grega houvesse o costume de um homem mais velho manter relações sexuais com um jovem não faz sentido pensar em homo ou heterossexualidade, nem mesmo em sexualidade, como espaço de definição de si a partir da relação sexuada com o outro, tal como pensamos hoje.

No final do século XVIII, começava-se a falar de dois sexos. Em 1803, Jacques Louis Moreau já afirmava, com base em recentes descobertas e contra a tradição até então vigente, que "não apenas os sexos são diferentes, mas são diferentes em todos os domínios do corpo e da alma, em cada aspecto físico e moral" (Laqueur, 1992, p. 5).

Essa reviravolta no modo de pensar a existência de homens e mulheres ocorreu independente de ter havido qualquer

avanço nos conhecimentos biológicos. Ao contrário, o esforço de delimitar diferenças entre homens e mulheres iria estimular uma intensa produção científica nesse sentido. É a ideologia igualitarista da Revolução Francesa e as mudanças sociais que se seguiram a esse movimento que aparecem como determinantes na modificação do olhar sobre os sexos.

A idéia de igualdade entre os humanos exigia desfazer a concepção de mulher como ser humano inferior. Distinções entre homens e mulheres, até então entendidas como gradações do aperfeiçoamento humano, passaram a ser obsessivamente investigadas, visando desfazer a crença em corpos iguais, ou em qualquer outra semelhança entre homens e mulheres. Pois, se homens e mulheres eram iguais, como as mulheres poderiam ser consideradas inferiores? (Costa, 1995b). Dessa maneira, no clamor por igualdade, liberdade e fraternidade, as mulheres deixaram de ser um homem atrofiado para ganhar um sexo e corporeidade própria.

No recém-inaugurado mundo de dois sexos, são as diferenças impressas pela natureza nos corpos dos homens e mulheres que os coloca ocupando lugares e funções sociais diferenciados.⁶ As mulheres seriam dotadas pela natureza de corpos e sentimentos adequados à tarefa de gestar, aleitar e cuidar do frágil bebê humano em seu processo de desenvolvimento – tarefa tão importante que as tornava praticamente incapazes de desempenhar qualquer outra função social. Os homens, por não terem sido moldados para qualquer função específica, estariam incumbidos de todas as demais funções necessárias à reprodução humana, ou seja, atividades sociais, políticas, culturais e econômicas.

Tomando como base sua função no processo de procriação, a ciência médica fez derivar uma série de concepções sobre o corpo, a alma e o caráter das mulheres, relacionada ao exercício da maternidade. Por exemplo, era desejável que as mulheres tivessem ancas largas, para melhor acomodar o bebê

desde a gestação, como também era desejável uma certa dose de infantilização em seu comportamento, já que seu mais importante uso de tempo era no cuidado com as crianças (Burin, 1987).

A ênfase em definir o corpo e a alma das mulheres pelas finalidades de gestação, aleitamento e criação de crianças está ligada à necessidade do incremento quantitativo e qualitativo de produtores e consumidores humanos induzida pela mudança do modo de produção feudal para o capitalista. A redução da mortalidade infantil, mediante a intensificação do cuidado das mulheres com os bebês, é uma estratégia importante para o aumento populacional requerido no momento (Badinter, 1985).

A importância da reprodução como finalidade última da relação sexual vai sendo contruída não apenas pela constituição de discursos sobre a mulher, como também de discursos sobre o sexo. O eixo básico dessa discursividade é a restrição às relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, o silenciamento sobre o orgasmo feminino, tido até então como necessário, e ainda a restrição ao exercício da sexualidade pelas mulheres fora do casamento. De fato, qualquer expressão sexual ligada à obtenção de prazer, e não à reprodução, passa a ser rechaçada (Villela, 1992). As operações simbólicas e no campo das mentalidades que transformam a reprodução na finalidade última e mais nobre do sexo incluem a desqualificação do erotismo e a produção de uma certa hierarquia moral dos atos sexuais, que coloca no topo a penetração vaginal, sendo a ejaculação masculina o modelo de clímax. Nos patamares mais baixos, e com uma conotação moral negativa, estariam as relações sexuais entre mulheres e o prazer masculino com penetração anal.

A subordinação do sexo à reprodução é também apoiada por um processo de medicalização que passa a se impor ao final do século XIX, por meio de um certo discurso psiquiátrico que classifica como sinais de degenerescência os sentimentos ou expressões eróticas com pessoas do mesmo sexo, desejos ou prazeres distintos do coito vaginal, como a masturbação,

e até o desejo demasiado (Marilena Corrêa, 1998). O desfrute do sexo com finalidades não reprodutivas podia ser sintoma de doenças, tanto quanto podia ser causa de doenças, físicas – como as venéreas, pulmonares e outras – e morais, incluindo aí a loucura. É nesse percurso que a homossexualidade passa a ser considerada doença e são desenvolvidas distintas pedagogias disciplinadoras do sexo tanto em escolas como em centros de higiene mental (Louro, 1999).

Ao lado da desqualificação do erotismo, da hierarquização das expressões sexuais e da medicalização e pedagogização do sexo, outra potente operação produzida na cultura foi a transformação do sexo, e da atividade sexual de cada um, em balizador moral da pessoa, ficando o caráter e a qualidade moral da pessoa subordinada à sua condição de homo ou heterossexual, casado ou não, regado ou não em relação ao sexo (Weeks, 1985). Muitos dos discursos sobre o sexo durante o século XIX e primeira metade do século XX visam aprimorar os indivíduos na arte de controlar seus desejos sexuais, direcionando-os para a reprodução no interior de uma relação conjugal heterossexual. Os argumentos referem-se fundamentalmente à saúde, física e moral, que advém de um controle efetivo dos impulsos sexuais, havendo distinção entre os preceitos médicos e pedagógicos sobre o sexo direcionados a homens ou mulheres.

Na medida em que a elaboração discursiva em torno do sexo se inspira na diferença anatômica e toma a reprodução como eixo, a pedagogia correspondente visa reiterar as relações entre essas duas dimensões da experiência – sexo e reprodução –, buscando derivar da anatomia e fisiologia reprodutivas modelos de comportamento sexual adequados a mulheres e a homens. Nessa perspectiva, por exemplo, é proposto que, se as mulheres têm um só óvulo a ser fecundado, devem escolher bem o fecundante, não tendo muita necessidade de sexo, já que o período fértil é limitado. Os homens, em seu impulso “natural” de bus-

car a sobrevivência da espécie, e sem nenhuma garantia de que seus espermatozoides vão fecundar um óvulo, seriam “instintivamente” levados a buscar múltiplas relações (Diamond, 1997).

A paciência e a passividade das mulheres em relação ao sexo seriam também as matrizes da paciência e passividade que deveriam ter em relação aos filhos e ao esposo, para garantir a harmonia familiar, necessária para que os filhotes humanos se tornem produtores e consumidores competentes. A busca sexual masculina seria o molde para a atitude de busca e assertividade que os homens deveriam ter para dar continuidade ao trabalho de produção e consumo de bens e riquezas materiais que move a sociedade capitalista.

Ao longo dos três últimos séculos, portanto, constituiu-se um modo de relação entre as pessoas e de organização social baseado nos discursos sobre o sexo. Discursos que, na virada do século XIX para o XX, idealizavam o sexo como um potente e ambíguo propulsor humano, constitutivo e constituído pela natureza, mas passível de ser controlado pela vontade humana.

O mais importante porta-voz do discurso sobre a sexualidade como impulso natural a ser domesticado pela cultura e pelo indivíduo, e ainda sobre a relação entre sexualidade, papel reprodutivo e constituição de caráter e personalidade, foi Sigmund Freud. Esse médico, que produz uma importante obra exatamente entre o final do século XIX e início do século XX, imprimiu definitivamente sua marca no modo contemporâneo de pensarmos a sexualidade. Ele postulava a existência de uma energia sexual (libido) que teria como fonte o substrato biológico do indivíduo, que exige constantemente ser descarregada. A família e a sociedade encarregar-se-iam de desviar parte dessa energia para fins não sexuais, como parte do processo de amadurecimento humano. Assim, enquanto motor para a busca do prazer, explicitamente erótica ou metamorfoseada por outras finalidades, a sexualidade daria o estímulo e o direcionamento necessários para a atividade e criatividade humana. Nessa vertente, para as mulheres a maternidade seria o modo adulto adequado

de realização libidinal, do mesmo modo que o exercício do poder, proteção e provimento da prole para os homens.⁷

Embora de início as teorias de Freud tivessem sido recebidas com muita resistência, logo passaram a ser aceitas, tendo enorme influência em toda a cultura ocidental ao longo do século XX.

No entanto, a maciça entrada das mulheres no mercado de trabalho e o advento da contracepção, na década de 50, que permite a desvinculação da atividade sexual da reprodução, iriam estimular uma intensa reflexão crítica a respeito do modo como o sexo é apreendido, vivenciado e produzido na cultura (Vilela, 2000). Podendo ter relações sem o risco de conceber, as mulheres ficam mais livres para ter sexo. Parte das teorias sobre a menos intensa sexualidade feminina, porque exercida na direção da maternidade, caem por terra. Ao mesmo tempo, perdem a validade as teorias que relacionavam a incapacidade das mulheres para a vida pública, em função de seu pendor específico para tarefas domésticas e cuidado com as crianças.

Tendo sido quebrada a relação linear entre sexo, reprodução e modo de estar no mundo, argúi-se o papel da biologia *versus* o papel das forças culturais e políticas na determinação dos comportamentos sexuais e, mesmo, na definição do que é sexo ou sexualidade. O que caracteriza essa reflexão é sua extrapolação, dos campos da biomedicina, da pedagogia ou da moral, até então detentoras do discurso sobre o sexo, para o campo da pesquisa e da discussão política, com o reconhecimento do sexo como atividade humana articulada às demais e submetida às mesmas controvérsias e influências que as constituem (Weeks, 1999).

Alguns discursos atuais sobre sexualidade

O que tem caracterizado o debate sobre sexo e sexualidade ao final do século XX é o questionamento da visão de sexo

como uma energia espontânea e essencial do ser humano, a exigir um direcionamento dado pela cultura, em uma visão que compreende a sexualidade na interface entre a cultura, o contexto de relações sociais e a dinâmica psíquica individual. Também é problematizado o lugar do corpo, substrato biológico da atividade sexual e mesmo da existência, considerando-se que a materialidade de cada indivíduo, embora condição de qualquer atividade humana, não determina, por si só, seu conteúdo ou significado.⁸ Nessa perspectiva, mesmo a interpretação do corpo – ou de algumas de suas partes – e de atos específicos como “sexuais” seriam produtos sociais, porque apoiados no conjunto de símbolos e significados vigentes na cultura e transmitidos pela linguagem (Costa, 1994).

Assim, ao lado da importante e vasta produção teórica que busca compreender a sexualidade a partir do estudo das práticas sociais que se organizam em seu entorno,⁹ um conjunto de estudos busca compreender as condições de produção e atribuição de significados a comportamentos que, assim, passam a ser tidos como eróticos ou sexuais em culturas determinadas, e as práticas culturais que se articulam em torno do sexo.¹⁰ A postura construcionista, que orienta grande parte desses estudos, toma como pressuposto que toda atividade humana, ao ser mediada pela linguagem, atividade essencialmente compartilhada, é necessariamente social, portanto, cultural. Segundo Richard Parker (1999b, p. 131), “a compreensão da sexualidade como socialmente construída tem redirecionado grande parte da pesquisa sociológica e antropológica não apenas para os sistemas sociais e culturais que modelam a nossa experiência sexual, mas também para as formas como interpretamos e compreendemos esta experiência”. E continua o autor: “A partir dessa perspectiva, a experiência subjetiva da vida sexual é compreendida como um produto de símbolos e significados intersubjetivos associados à sexualidade em diferentes espaços sociais e culturais”.

Essa postura assume a impossibilidade de tomarmos a sexualidade como uma manifestação humana *em si*, já que esta resulta de dinâmicas sociais específicas, que produzem fatos específicos, aos quais se atribuem valores específicos e o significado de “sexual”. Assim, o estudo da sexualidade envolveria a apreensão das circunstâncias nas quais os sujeitos, sexuados e falantes, produziram significados eróticos e sexuais em situações relacionais concretas (Parker, 1999a). Para a abordagem construcionista, portanto, o estudo da sexualidade encontra-se subordinado ao estudo da reprodução das relações sociais.

Foucault (1995), por exemplo, mostra que a medicalização do sexo corresponde ao processo de laicização do Estado que acompanha a revolução burguesa, apontando, ainda, que a abundância de discursos sobre sexo que passamos a ter desde a Idade Moderna não corresponde a um movimento de liberalização de costumes em oposição à rigidez moral da Idade Média. Ao contrário, essa plethora discursiva corresponde a uma especial tecnologia de controle sobre os corpos, que incide diretamente nos espaços de vida privada e nos usos que cada um faz do seu corpo, e se destina a melhor regular o trabalho, produtivo e reprodutivo, no mundo burguês. Assim, para Foucault, a sexualidade é um dispositivo acionado socialmente como instrumento de poder. Dito de outra forma: os discursos que se elaboram sobre a sexualidade e que a instituem como uma dimensão fundamental da vida privada simultaneamente ancoram dinâmicas ou necessidades sociais, de modo que o indivíduo passa a vivenciar ordenamentos sociais como se fossem necessidades suas. Segundo esse autor, para compreender nossa cultura necessitamos compreender como instituímos a sexualidade (Rago, s. d.).

Jeffrey Weeks (1999, p. 65), sociólogo inglês, dedica-se a construir uma história da homossexualidade argumentando que, com base na compreensão da história da homossexualidade, “pode-se ter uma nova compreensão da construção da heterossexualidade e da sexualidade como um todo”. Em sua visão, em-

bora a homossexualidade sempre tenha existido, com graus distintos de aceitação ou rejeição nas diversas sociedades, a figura do homossexual só se constituiu no século XIX, como um estigma daquele que desafiou a norma da heterossexualidade e reprodução obrigatórias. Weeks mostra como esse estigma produz a “identidade homossexual”, como um mecanismo de resistência que permanece até os dias de hoje. A partir do binômio discriminação e resistência, o autor analisa o surgimento da política de identidades, mostrando, ao mesmo tempo, que os jogos de poder que se operam nas subculturas homossexuais em função de diferenças de classe, idade, etnia e sexo reafirmam a idéia de que a semelhança de práticas sexuais não necessariamente torna os indivíduos semelhantes.¹¹ Aprofundando a trilha aberta por Foucault, Weeks aponta como a sexualidade vai somar-se às outras distinções elaboradas na sociedade para dar suporte a processos de discriminação, opressão e exclusão de algumas pessoas ou grupos sociais.

Na perspectiva de articular dimensões culturais, interpessoais e intrapsíquicas da sexualidade, os psicólogos norte-americanos John Gagnon e William Simon (1973) contrapõem-se à tendência a “medir” atos sexuais, que domina uma certa sexologia desenvolvida em seu país,¹² sustentando que essa medição transforma a sexualidade meramente num conjunto de atos, esvaziando-a do sentido político e cultural. Para esses autores, seria necessário dissecar os caminhos através dos quais as atividades físicas do sexo são aprendidas e se integram a roteiros e arranjos sociais mais amplos, articulando significados e comportamentos na produção de uma conduta sexual. Como modelo teórico de entendimento da conduta sexual, propõem a existência de “cenários culturais” – guias coletivos de conduta que organizam o que é permitido e interdito, o que é desejado e desejável, o que é considerado erótico e sensual para um dado grupo

humano; *scripts* ou roteiros interpessoais, que constituem o “fundamento dos modelos de um comportamento sexual estruturado”; e *scripts* intrapsíquicos, que constituem os conteúdos da vida mental e são resultantes dos conteúdos dos cenários culturais e dos *scripts* coletivos, embora independentes.

Numa perspectiva próxima a esta, Alain Giami (1998, p. 211) busca sistematizar a problematização atual sobre a sexualidade, sugerindo um modelo de análise em três níveis: o societal, que aborda os discursos existentes e circulantes sobre a sexualidade numa formação sócio-histórica específica; o nível das mediações, que abrange o espaço das relações interpessoais, em que os “discursos dominantes de um grupo específico são negociados e atualizados em função das expectativas, demandas, aspirações e exigências dos diferentes parceiros”; e o nível individual, que resulta da elaboração subjetiva e particular das situações definidas nos níveis anteriores.

Contribuindo para mostrar a mediação da cultura na construção da sexualidade, diferentes estudos no campo da antropologia têm documentado a variedade de rituais e práticas sexuais nas sociedades contemporâneas, bem como rituais e práticas de culturas específicas que, embora envolvam os órgãos genitais, não são consideradas sexuais (Herdt, 1995; Ortner e Whitehead, 1996). Ou seja, a antropologia tem mostrado não apenas que “as relações entre as pessoas e as coisas variam entre as culturas, mas, principalmente os modos como as relações e as coisas são definidas variam: homens e mulheres, sexo e sexualidade, natureza e cultura, são termos nossos que não podemos, impunemente, estender a outras culturas” (Correia, 1998, p. 256).

Especial interesse têm também os trabalhos que mostram como relações de poder são mediadas pela sexualidade. Segundo Godelier (*apud* Loyolla, 1998, p. 32), “em sociedades

onde existe uma forte dominação dos homens sobre as mulheres [...], a sexualidade é solicitada a manter um discurso que faça aparecer essa dominação como perfeitamente legítima. [...] O que poderia ser mais evidente para fundar uma diferença social do que encontrar esse fundamento no corpo?"

Sobre o gênero

As culturas interpretam a diferença sexual em função do significado atribuído ao papel desempenhado por homens e por mulheres na reprodução. Essa interpretação pode apontar para uma relação de complementaridade ou de hierarquia, a depender da cultura, tendo como modelo uma relação de dois pólos, na qual quaisquer que sejam as características atribuídas a um dos pólos, estas estarão em oposição às características atribuídas ao outro. O gênero – concepção de masculinidade e feminilidade que emerge do processo de significação cultural da diferença entre os sexos – está presente, enquanto ordenador social, em toda cultura humana (Loyolla, 1998).

No entanto, em qualquer sociedade da qual se tenha notícia, as mulheres ocupam um lugar subalterno. Assim, a reflexão sobre gênero é relativamente recente, tendo como marco inaugural a reflexão de Simone de Beauvoir a respeito do complexo processo individual e social de aquisição, pelas mulheres, das características consideradas "femininas" (Lamas, 1996a, p. 9).

Algumas autoras consideram que a organização das sociedades com base na atribuição de valores distintos do trabalho reprodutivo expressa o poder dos homens sobre as mulheres (Saffioti, 1995) – poder que se organiza na tentativa de os homens controlarem a capacidade reprodutiva das mulheres através de seus corpos (Barbieri, 1991).¹³

Nessa perspectiva, o gênero seria o modo operatório da relação de poder entre homens e mulheres. É a valorização negativa ou inferior dos atributos do feminino, ou seu inverso, a atribuição de uma suposta feminilidade aos fatos sociais ou características humanas pouco apreciadas, que medeia e possibilita o processo de dominação e subordinação das mulheres, processo este que é necessário para que se efetive o controle sobre seus corpos e, conseqüentemente, a apropriação da sua capacidade reprodutiva.

De um ponto de vista distinto, outras autoras argumentam que a atribuição de lugares sociais diferenciados para homens e mulheres, tomando por base a divisão sexual do trabalho reprodutivo, não representaria, necessariamente, uma opressão das mulheres, já que a categoria "opressão" faz parte do repertório de pensamento da cultura ocidental moderna (Cucchiari, 1996). Embora a origem e natureza da organização do gênero nas sociedades ainda promovam polêmicas entre os pesquisadores do campo, exigindo maiores investigações, fatos como o crescimento populacional, a disponibilidade de tecnologias conceptivas e contraceptivas, mudanças nos processos de produção e consumo de bens e outros têm deslocado o debate sobre as relações desiguais entre homens e mulheres do eixo da reprodução biológica, em torno do qual inicialmente se articularam as elaborações sobre gênero, para buscar entender como o gênero permeia a reprodução social no sentido mais amplo.

As mulheres sempre viveram uma situação de desigualdade em relação aos homens. A discussão sobre o estatuto de humanidade das mulheres e a necessidade de o Estado fomentar sua educação e inserção na vida pública, por exemplo, aparecem desde Platão, antes mesmo da era cristã. Com o advento do ideário da Revolução Francesa, volta-se a falar com insistência, particularmente nos círculos sociais mais elevados, da necessidade de se educarem as mulheres, visando seu melhor desempenho nas funções de mãe e educadora, mas também o desenvolvimento de suas capacidades (Diderot e D'Épinay, 1989).

É mais recente o reconhecimento de que as características atribuídas às mulheres, como dons e virtudes “naturais”, derivadas de sua vocação para a maternidade, são de fato armadilhas para sua opressão e dominação. Entendendo que o reforço das peculiaridades tidas como femininas – passividade, tolerância, paciência, dentre outras – reduz a possibilidade de uma vida mais produtiva, livre e criativa, desde o final do século XIX, e ao longo do século XX, teóricas e militantes feministas têm buscado produzir instrumentos que permitam desvelar, transformando-os, os mecanismos de produção e reprodução das relações desiguais entre homens e mulheres (Ferguson, 1977).

É nesse contexto que, na segunda metade do século XX, é cunhado o conceito de gênero, inicialmente na formulação de Gayle Rubin (1975) sobre o sistema sexo-gênero, como o “conjunto de arranjos onde a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais as necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” e, posteriormente, na aceção de Joan Scott (1995), como “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.¹⁴ Como se vê, Scott não se limita a considerar o gênero como uma construção social a partir das diferenças percebidas entre os sexos, mas inclui sua vinculação à dinâmica do poder. Segundo a autora,

como constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas, o gênero implica quatro elementos, a saber: a) símbolos culturalmente disponíveis, que evocam representações simbólicas, mesmo contraditórias, como Eva e Maria na tradição cristã; b) conceitos normativos que limitam os sentidos metafóricos atribuíveis aos símbolos. Estes se expressam nas doutrinas que regem os diversos campos institucionais – religião, educação, ciência, política – afirmando de forma categórica e sem equívocos

o sentido do masculino e do feminino; c) a aparência de consenso e de fixidez pela qual são veiculadas essas posições normativas; d) a identidade subjetiva. O gênero se constrói para além da família e das relações de parentesco (Scott, 1996, p. 289).

Para Scott, nenhum desses elementos pode operar sem os outros. No entanto, não operam simultaneamente, como se um fosse reflexo do outro, mas guardam uma relação de interdependência.

Entre a formulação das duas autoras (Rubin e Scott), não há apenas um lapso de tempo. Existe também um aprofundamento teórico desde Rubin, que busca desnaturalizar a concepção de sexo e de supostas masculinidades e feminilidades derivadas de uma biologia sexual, apontando o jogo de poder aí embutido, até Scott, que analisa o processo de naturalização de atribuições sociais e sua incorporação no cotidiano, como uma estrutura introjetada como subjetividade.

Enquanto seres sexuados, percebemo-nos e situamo-nos no mundo como mulheres ou como homens. Tal percepção, embora tome como base a anatomia corporal visível, é mais prescritiva do que descritiva, pois o que é captado da corporeidade não é apenas “tenho uma vagina” ou “tenho um pênis”, e sim, “devo ser, sentir e me comportar deste ou daquele modo”.¹⁵ O gênero constitui o modo como nos relacionamos com nós próprios e com o outro. Assim, incide no processo de produção simbólica, definindo a maneira como cada um percebe o mundo, apreende os códigos de interpretação da cultura e estabelece pautas de interação com o outro, marcando a atuação social de cada indivíduo (Saffioti, 1995). O gênero atravessa o processo de subjetivação e construção de identidade, configurando os modos de sentir, pensar e atuar em relação ao outro.

Como uma relação social, gênero não é uma estrutura fixa, estando em constante transformação a partir das demandas concretas que se colocam na vida de homens e mulheres.

Os avanços das mulheres na conquista por sua autonomia correspondem a novos arranjos na estrutura de gênero. Por exemplo, com o advento da contracepção e a entrada das mulheres no mundo do trabalho, altera-se o conteúdo atribuído ao bom exercício da maternidade. Não se fala mais de número de filhos, mas da qualidade da educação dada a cada filho, qualidade que estará relacionada mais ao tipo de contato mãe-filho do que à dedicação exclusiva da mulher ao lar. Ou seja, mantém-se a prioridade da função materna na vida das mulheres, mesmo com as mudanças em seu cotidiano e papel social (Kehi, 1998).

A maior circulação das mulheres nos espaços públicos também não se reflete, necessariamente, em uma maior autonomia pessoal no âmbito das relações sexuais, amorosas e familiares, como um sinal inequívoco da modelagem do gênero no processo de produção de subjetividades e da adaptabilidade dessa estrutura às circunstâncias temporais e históricas (Lipovetsky, 2000).¹⁶

A adaptabilidade e a produção simbólica ligada ao gênero faz com que essa estrutura se reproduza pela educação, na família e fora dela, pela relação das mulheres com seus filhos, suas relações com seus parceiros e com outras mulheres. Entretanto, as relações entre indivíduos concretos não reproduzem, em todos os instantes ou na mesma intensidade, as estruturas de opressão e exploração das mulheres que vigoram na sociedade. O modo como o gênero opera numa dada relação é específico e flexível, devendo também ser levada em conta a dinâmica de cada relação, o estilo e a personalidade de cada pessoa e, em algumas circunstâncias, as resistências por parte das mulheres.¹⁷ Vale ressaltar, inclusive, a existência de outras dimensões de poder, além do gênero, que estruturam as relações sociais (Young, 1997).

Desde que foi cunhado como conceito, gênero tem sido objeto de intensa problematização no campo do feminismo e nas ciências sociais. Discute-se o estatuto teórico do termo: se conceito, com grande poder explicativo e de abstração sobre a realidade; se categoria de análise, instrumento que permite decompor

a realidade em diferentes fragmentos de modo a melhor compreendê-la; é ainda apontada a banalização do uso dessa categoria, que muitas vezes passa a ser usada apenas como um termo num sentido descritivo, mais do que analítico ou conceitual, ou mesmo substituindo o termo “sexo” (Lamas, 1996b).

Outro ponto em debate é se a categoria gênero deve ser aplicada apenas quando se trata de mulheres, ou se seu uso deve ser estendido aos homens. Esta não é exatamente uma discussão formal ou epistemológica, pois é evidente que, enquanto ordenador social, o gênero afeta tanto mulheres quanto homens. Correlatas às operações que produzem a opressão das mulheres, existem operações que produzem a opressão no homem. A obrigatoriedade de ser provedor, de conter as emoções, de ser apartado da vida doméstica seria a contraface da estrutura de gênero sobre os homens. Assim, o que está posto em questão é a possibilidade de o termo gênero explicar tanto um processo de produção subjetiva quanto uma organização política de dominação das mulheres. Assim, para algumas autoras (Rosemberg, 2001), o uso indiscriminado ou excessivamente acadêmico do termo “gênero” reduz sua potencialidade como instrumento no processo de emancipação das mulheres. Ao mesmo tempo, argumenta-se que a construção da identidade de gênero diz respeito a processos subjetivos individuais e culturais, enquanto a dominação masculina se refere a instituições que determinam relações estruturais entre homens e mulheres (Young, 1997).

Outro importante questionamento feito a gênero é sua capacidade de apreender formas específicas de opressão das mulheres, como as baseadas também nas discriminações de classe social e etnia. Raça, como gênero, constitui outro determinante de relações de poder, afetando tanto a vida de mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres pretos. Além disso, a atuação do racismo é simultânea ao sexismo, fazendo com que “mulheres negras” ou “homens brancos”, por exemplo, constituam uma única identidade social e política (Azeredo, 1994).

Ainda, assumir que toda a existência das mulheres decorre da estruturação do gênero numa dada cultura obscurece as diferenças entre as mulheres, dando a impressão de que estas são basicamente iguais, com características de classe e raça que se acoplarão a uma identidade comum de mulher. Conforme aponta Spelman (*apud* Nicholson, 2000, p. 14),

de acordo com as análises aditivas de sexismo e racismo, todas as mulheres são oprimidas pelo sexismo; algumas, além disso, são oprimidas pelo racismo. Uma análise como essa distorce as experiências das mulheres negras por negligenciar importantes diferenças entre os contextos nos quais mulheres brancas e mulheres negras têm suas experiências com o sexismo.

A relação entre gênero e corporeidade e, especificamente, com a sexualidade, também tem sido intensamente problematizada. Segundo Linda Nicholson (2000, p. 9),

gênero é uma palavra estranha no feminismo [...]. De um lado, é sempre usado em oposição a sexo, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao biologicamente dado. Aqui, gênero é pensado como referência à personalidade, não ao corpo. Por outro lado, gênero tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos "masculinos" de corpos "femininos", pois, se o próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, então "sexo" não pode ser independente do "gênero".

O que a autora aponta é que o gênero não é uma estrutura que vai envolvendo o ser sexuado ao longo de seu processo de subjetivação. O gênero constrói e constitui a cultura, sendo impos-

sível pensar em qualquer processo humano fora da cultura, bem como uma cultura que não se estruture em torno do gênero.

A idéia da subordinação do sexo ao gênero estaria ligada a uma perspectiva de oposição entre natureza e cultura, que marcou os primeiros desenvolvimentos da teoria de gênero. Essa visão postulava a existência de uma cultura com papéis definidos para homens e mulheres, na qual estes estariam aprisionados; a sexualidade de uns e outras seria determinada por meio de uma "pedagogia do gênero", que conformaria o desejo sexual ao tipo de comportamento considerado adequado para mulheres e para homens: uma certa passividade sexual e subordinação do sexo ao amor nas mulheres, e uma maior atividade e direcionamento da sexualidade para o prazer nos homens.¹⁹

Assim, a crítica à equação sexo biológico \Rightarrow caráter \Rightarrow sexualidade, com base em gênero, estaria dirigida apenas à concepção naturalista do processo, reduzindo a possibilidade de uma compreensão mais aprofundada entre conjunções e disjunções vigentes entre a sexualidade, a construção social que apóia estratégias de poder e o gênero, outro tipo de estrutura de poder.

Gênero e sexualidade

Não é bem estabelecido, do ponto de vista teórico, como as relações de gênero interferem nos modos individuais de viver e significar a sexualidade (Corrêa, 1999). Seria talvez necessário desconstruir o hábito mental de tomar a sexualidade como um subproduto do gênero, continuando a buscar os nexos e as diferenças entre os sistemas de gênero e de sexualidade a partir de sua constituição histórica.

Como foi visto, as concepções contemporâneas sobre sexo, sexualidade, masculinidade e feminilidade produzem-se no

mesmo momento e processo em que é construída a idéia da existência de dois sexos. Da anátomo-fisiologia reprodutiva de homens e mulheres derivar-se-iam os traços de personalidade e o comportamento sexual, de modo que a sexualidade seria decorrente e subsidiária da “essência reprodutiva” de homens e mulheres (Rago, s. d.). Tendo tido a mesma origem, essas idéias vão estar tão próximas no imaginário que homens e mulheres aprenderiam, sentiriam, perceberiam e vivenciariam suas sexualidades de acordo com a proposta da cultura de gênero – maior ou menor atividade, intensidade e desejo sexual em função de ser do sexo masculino ou feminino.¹⁹

Essa “domesticação” da sexualidade pelo gênero, no entanto, não é universal. Por um lado, inúmeras pessoas têm práticas, desejos e fantasias em relação ao sexo que não guardam relação direta ou imediata com os atributos de gênero; por outro, se formos nos ater exclusivamente à biologia, teríamos de admitir pelo menos a existência de cinco sexos: pessoas com dois testículos, pessoas com dois ovários, pessoas com testículos e ovários em diferentes combinações (Lamas, 1996b, p. 339), para os quais a perspectiva binária do gênero seria insuficiente.

Para algumas autoras, sexualidade e gênero pertenceriam a campos diferenciados, estando o gênero vinculado aos atributos dos corpos, mas sem vinculação com a sexualidade. A sexualidade diria respeito à atividade entre os corpos, no sentido da interação entre os sexos e dos mecanismos de disciplinarização. Para Sonia Corrêa (1996, p. 152), “a sexualidade constituiria, portanto, um outro operador de mediações sociais, de que uma das funções – mas apenas uma – seria garantir a reprodução biológica, numa interação complexa com os sistemas sexo-gênero”.

Rubin (1984) também sustenta que sexualidade e gênero são fenômenos distintos, que requerem estruturas explicativas próprias, já que as teorias da sexualidade não são suficientes para explicar gênero e vice-versa. Mais do que sistemas superpostos ou relacionados por derivação, sexualidade e gênero seriam siste-

mas entrelaçados, com variações dos pontos de entrelaçamento entre as diversas culturas e tempos históricos. Para essa autora, gênero e sexualidade constituem a base de duas arenas distintas de práticas sociais. Ou seja, a construção das identidades de gênero, das normas e da assimetria das relações entre homens e mulheres não sobredeterminam as manifestações do desejo, as práticas eróticas das pessoas e as experiências do prazer.

De acordo com Parker (1992), o sistema da sexualidade refere-se a um conjunto de normas definidas a partir do sistema religioso, da biomedicina e dos demais dispositivos que produzem, reproduzem e transformam continuamente as representações sobre a sexualidade. Relacionado ao sistema da sexualidade, haveria o sistema erótico, esfera que articula os atos corporais, imaginários e afetivos do que chamamos de sexualidade. Para esse autor, portanto, a mediação entre sexualidade e gênero seria feita pelo sistema erótico.

Dada a necessidade de aprofundar a discussão sobre os direitos sexuais, como campo específico de reflexão e atuação política, que não se confunda com a luta pela garantia dos direitos reprodutivos, Corrêa (1999) aponta a importância e a urgência de serem desfeitas as superposições conceituais entre gênero e sexualidade.

Judith Butler (2001, p. 14) aponta que alguns teóricos das homossexualidades²⁰ têm feito uma distinção analítica entre gênero e sexualidade e rechaçam um vínculo estrutural entre ambos. De fato, é possível subverter o gênero, sem que nada ocorra com a sexualidade ou a prática sexual. O gênero pode-se fazer ambíguo sem interferir ou reorientar a sexualidade normativa. Não se pode, por exemplo, fazer qualquer correlação entre o travestismo, o transgênero e a prática sexual.

Aprofundando a reflexão sobre as relações entre gênero e sexualidade, Butler (1999, p. 153) questiona: “Existe alguma forma de vincular a questão da materialidade do corpo com a performatividade do gênero? E como a categoria sexo figura no interior de

tal relação?” Buscando responder a essas questões, a autora aponta que o sexo não é um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas é uma norma cultural que governa a materialização dos corpos. No entanto, “se gênero é o significado social que o sexo assume no interior de uma dada cultura, o que sobraria do sexo, uma vez que tenha assumido seu caráter social como gênero?” (Butler, 1999, p. 158).

Por sua vez, Marta Lamas (1996b, p. 355) argumenta que uma discussão rigorosa sobre gênero deveria aprofundar a complexidade e variedade das articulações entre diferença sexual e cultura – um processo que exigiria trazer para o foco da reflexão o outro pólo da cultura de gênero, os homens.

Homens e masculinidades: um novo objeto no campo dos estudos de gênero

Como decorrência das questões levantadas pelo movimento feminista – que, a partir da década de 1980, ao lado da prática política visando à emancipação das mulheres, busca também compreender as raízes e a dinâmica da sua opressão –, surge o interesse de estudar a masculinidade. De modo semelhante aos estudos sobre as mulheres e a feminilidade, estes estudos norteiam-se pela perspectiva de gênero, enfatizando a construção social da masculinidade (Gomáriz, 1992). Analisam-se as exigências sociais e pautas culturais do gênero em relação aos homens, buscando identificar as repercussões, nas suas vidas, da valorização de atributos como força física ou virilidade, do reduzido acesso, real e simbólico, ao mundo das emoções, dos afetos e da vida privada (Kimmel, 1993). Também a sociabilidade masculina é tematizada, especialmente no que se refere a uma aparente obrigatoriedade de provar sua masculinidade, não só diante de mulheres, como também de seus pares (Villela, 1997).

Elizabeth Badinter (1993) aponta a busca de diferenciação em relação às mulheres como característica central da elaboração do masculino. A “luta pra não ser feminino”, o medo de guardar qualquer identificação com o feminino poderia ter suas raízes na subalternidade das mulheres nas diferentes culturas, mas também sugere o temor do poder simbólico atribuído milenarmente às mulheres em função de sua capacidade de gerar. Um dos efeitos mais visíveis da busca de distanciamento de qualquer traço que possa ser identificado como feminino é a homofobia, que marca um certo tipo de socialização e de sociabilidade masculina (Villela, 1997).

Outro modo de compreender como se produzem e se perpetuam as estruturas de gênero é pela abordagem das estratégias de reprodução do poder masculino sobre as mulheres. Segundo Pierre Bourdieu (1996, p. 31), a dominação masculina – primazia dos homens na trama das relações sociais vigentes – mostra

[...] o resultado de um trabalho contínuo de inculcação do masculino nos corpos e cérebros masculinos, e do feminino nos corpos e cérebros femininos, por meio do qual as estruturas objetivas da dominação masculina se incorporam à construção da subjetividade de cada mulher e cada homem, tanto nas posturas corporais quanto nas categorias mentais para pensá-las e percebê-las.

Para esse autor, as visões de mundo com as quais se movem as mulheres para pensar suas próprias relações ou seu lugar no espaço familiar elaboram-se com base nas mesmas categorias de classificação que sustentam a hierarquia masculina. O processo compreende a modelagem e interiorização de sentimentos e gestos, de modos de pensar o corpo.

No entanto, fatos como o envolvimento dos homens em situações de violência e abuso de drogas, especialmente o álcool, bem como a sobremortalidade masculina que decorre desses com-

portamentos, têm sido problematizadas no sentido de mostrar o alto custo do privilégio masculino sobre as mulheres (Laurenti, 1996).

Num mapeamento não exaustivo dos trabalhos desenvolvidos na década de 1990 sobre masculinidade, Pedro Paulo Oliveira (1998) sugere que os estudos sobre masculinidade têm se desenvolvido fundamentalmente em torno das seguintes tendências: a) o discurso vitimário, que se articula em torno das supostas perdas afetivas masculinas relacionadas à posição de invulnerabilidade e contenção emocional atribuída aos homens e à angústia que a manutenção desse *status* provoca; b) o discurso da psicologização, segundo o qual todo comportamento masculino, mesmo os violentos ou os de dominação sobre mulheres, é interpretado como uma tentativa de se libertar do domínio absoluto da mãe e das imagens míticas femininas; e c) o discurso da masculinidade hegemônica.

Diferente dos discursos anteriores, que abordam dimensões individuais da construção da masculinidade, a reflexão sobre a masculinidade hegemônica, desenvolvida por Robert Connell (1995), tem um caráter mais político, afirmando que a masculinidade hegemônica representa a estrutura de poder das relações sexuais. Para Connell, as estruturas de gênero organizam-se em torno de relações de poder, relações de produção e o investimento emocional que cada indivíduo faz sobre os objetos de seu cotidiano. Portanto, para entender a dinâmica das relações de gênero devemos abordar as dimensões de classe e raça e, também, a forma como essas dimensões moldam não apenas as relações dos homens com as mulheres, mas também dos homens e das mulheres entre si. Articulando-se a essas dimensões, as práticas de gênero configuram diferentes masculinidades e feminilidades, relacionadas a graus distintos de poder exercido por grupos específicos de homens ou mulheres. A masculinidade ideal e hegemônica está centrada na heterossexualidade e no patriarcalismo. Por referência a esse modelo, definem-se as

masculinidades do tipo subordinado, cúmplice ou marginalizado, que correspondem às suas diferentes posições na sociedade. Fazendo a ressalva de que essas posições não são fixas, mas relacionais, o autor sugere que as masculinidades subordinadas seriam aquelas que resultam das relações de dominação entre diferentes grupos de homens. A masculinidade homossexual, que serve de contraponto e antiparadigma à masculinidade hegemônica, seria um exemplo, não o único, de masculinidade dominada. A masculinidade cúmplice forja-se no fato de a masculinidade hegemônica – efetivamente exercida por um número limitado de homens – ser sustentada e mantida por um amplo segmento da população masculina, que usufrui prazer em compartilhar, mesmo que imaginariamente, do poder que essa postura proporciona. As masculinidades marginalizadas definem-se na inter-relação do gênero com outras estruturas de dominação social, como classe e raça, sendo os homens negros e os pobres um exemplo desse segmento. Nessa vertente, a discussão sobre masculinidades desloca-se do eixo dos papéis para incorporar-se à discussão sobre identidades.

A recomendação de inclusão dos homens nas questões de saúde reprodutiva, presente no documento final da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD, 1994) e em várias outras publicações oficiais sobre o tema, tem determinado que este seja um outro eixo de problematização da masculinidade. Essa diretriz atende à demanda de provedores públicos e privados de saúde, governamentais e não governamentais, de abranger a população masculina para obter maior impacto nas ações de saúde reprodutiva.

Juan Guillermo Figueroa (1995, p. 197) postula a importância de serem revistos os conceitos de reprodução, sexualidade e masculinidade, de modo a se poder contextualizar o alcance dos programas que incidem sobre a reprodução, reconsiderando-se as responsabilidades atribuídas a cada um dos sexos. Para esse autor (1995, p. 200), o comportamento reprodutivo é

um processo complexo de dimensões biológicas, sociais, psicológicas e culturais inter-relacionadas que, direta ou indiretamente, estão ligadas à procriação.

O envolvimento dos homens no processo de reprodução está mediado por um traço da cultura de gênero que, ao atribuir a responsabilidade da reprodução às mulheres, indiretamente a define como não masculina, o que produziria resistência, por parte dos homens, em realizar atividades identificadas como reprodutivas.²¹ Por essa razão o ato sexual, para os homens, estaria mais imediatamente ligado à dimensão do sexo e do prazer do que à da reprodução (Villa, 1997). A resistência dos homens a um maior envolvimento no processo de reprodução resulta num modelo ambíguo de exercício de paternidade. Do mesmo modo que a maternidade se estabelece em torno de prescrições morais que extrapolam a relação da mulher com um filho seu, o exercício da paternidade também é formulado a partir de normas de gênero e regras morais, muitas vezes até contraditórias. Para Alejandro Villa (1997), embora a paternidade seja importante como realização pessoal, seu exercício limita a autonomia social e sexual, privilégio masculino dos mais valorizados, ao mesmo tempo que reforça a obrigatoriedade do papel de provedor, um dos atributos de gênero mais problemáticos e conflitantes para os homens.

Homo, bi e heterossexualidade

Como vimos, a estruturação do poder a partir das masculinidades inclui a prática sexual – homo, bi ou hetero – enquanto atributo de identidade que organiza, hierarquicamente, esse poder. Estamos acostumados a pensar que existe uma identidade sexual – conjunto de atributos que articula sexo biológico, preferência sexual e características de personalidade e modos de ser –, elemento básico da constituição do ser humano e comum

entre as culturas. No entanto, a história mostra que a idéia de identidade sexual é um produto de crenças específicas de sociedades modernas ocidentais. Ao mesmo tempo, podemos verificar a enorme diversidade das formas pelas quais a distinção masculino-feminino pôde e pode ser entendida, o que mostra que as identidades sexuais não são fixadas na natureza, só adquirindo expressão e significado em configurações relativas à sexualidade produzida nos contextos sociais específicos (Nicholson, 2000, p. 15).

A concepção de que cada corpo abriga um *eu* masculino ou feminino, eroticamente orientado respectivamente para mulheres ou para homens, resulta da perspectiva de uma relação determinista entre corpo reprodutivo e caráter, perspectiva construída no esforço de diferenciar homens e mulheres que ocupou médicos e filósofos entre os séculos XVIII e XIX, a partir das necessidades sociais, políticas e ideológicas daquele momento (Costa, 1994).

Como bem demonstrou Foucault (1995), a identidade sexual ganha relevância e passa a ser o *locus* privilegiado da verdade do sujeito quando se torna um dos elementos centrais na constituição de identidade social. Mas, se a produção da verdade do sujeito através do sexo é um importante instrumento de disciplina- rização, a fixidez e o artificialismo da ancoragem da identidade na sexualidade possibilitam, como um rebote, a articulação de movimentos políticos baseados em identidades sexuais, que assumem importante protagonismo político no final do século XX, particularmente em função da epidemia do HIV (Weeks, 1999). De fato, a construção da homossexualidade como identidade discriminada favorece a organização dos *gays* enquanto grupo e estimula a produção teórica em torno da idéia de identidade sexual.

Um dos eixos desta reflexão busca aprofundar o entendimento das relações e mediações entre gênero, corpo, desejo e prática sexual. O pressuposto é que cada indivíduo traduz e interpreta, com base em sua materialidade corpórea, as características do que sua cultura considera como masculino e feminino, o

que traz uma constante recriação dessas normas (Butler, 1999). Ao mesmo tempo, reconhece-se a dinâmica e fluidez da sexualidade, que estimula a produção de um leque amplo de desejos, fantasias, práticas e comportamentos sexuais, sem necessariamente finalidades reprodutivas ou amorosas.

Na busca de distinguir a orientação sexual, característica do indivíduo que tem a ver com o desejo e o imaginário, da conduta homo, hetero ou bissexual, diversas pesquisas têm sido realizadas, apontando de modo consistente que a construção da identidade sexual está mais relacionada às normas de gênero e a um imaginário sobre masculinidade e feminilidade decorrente dessas normas do que especificamente a comportamentos. Parker (1992), por exemplo, estudando a cultura sexual brasileira, mostra que, se um homem tem relação sexual com outro homem e o penetra, se identifica, nesse ato, com a posição ativa atribuída ao masculino e, assim, não conceitua sua prática como homossexual. Em contrapartida, há homens que se consideram homossexuais pelo fato de se sentirem atraídos por outros homens sem que, de fato, tenham jamais tido alguma relação com alguém do mesmo sexo (Costa, 1995b).²² Há homens que, em suas relações com mulheres, gostam de ser penetrados, tanto como existe casamento entre travestis.

Percebe-se que a classificação homo, bi ou heterossexualidade está longe de esgotar as possibilidades de comportamentos, identidades e práticas sexuais. O descompasso entre as identidades sociosexuais adotadas e as práticas reais tem sua origem na multiplicidade de variáveis que entram em jogo na elaboração de uma definição sexual de si. A dificuldade de admissão da fluidez da sexualidade está parcialmente relacionada à construção histórica da homossexualidade e dos mitos que daí se derivaram, especialmente aqueles relacionados à fantasia de que a condição homossexual se refere a cruzar as fronteiras sexuais entre homens e mulheres (Arriola, 1994). O rechaço ao homoerotismo teria, assim, raízes na cultura de gênero, devendo ser reconhecido, por trás da

homofobia, o temor da perda ou dissolução das identidades de gênero. A homofobia seria um estratégia para confinar homens e mulheres nos "involucros do gênero", devendo, portanto, considerar-se a discriminação com base na orientação sexual também como um problema de gênero (Arriola, 1994).

O medo de que a condição homossexual apague os limites do gênero produz, como reação, tentativas de reduzir a especificidade do homoerotismo – atração por um suposto igual. Tomando por referência as relações sexuais de homens e mulheres, construídas com base na desigualdade entre os gêneros, são elaboradas fantasias que buscam aproximar as relações homossexuais das relações heterossexuais estereotipadas.²³ É, por exemplo, comum imaginar-se que nas relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo haveria um "ativo" e um "passivo", como posições fixas, em que atividade e passividade sexual corresponderiam ao exercício de poder do macho ativo sobre a fêmea passiva. Esse tipo de fantasia produz, como subproduto, os estereótipos de que lésbicas são pseudo-homens ou que gays são fracos e efeminados (Arriola, 1994).

Outra fantasia que percorre o imaginário sobre a experiência homoerótica é a de que gays e lésbicas são predadores sexuais. Aqui, aparentemente, é acionada a idéia de perversão, tal como formulada pela psiquiatria do século XIX, que patologiza todas as experiências sexuais que não objetivam a reprodução e que não estão baseadas numa certa concepção de amor e desejo de constituição de família (Corrêa, 1998).²⁴ Assim, a "patologia" que impulsiona alguém a buscar prazer com uma pessoa do mesmo sexo também levaria a uma certa "compulsão sexual".

A dificuldade na elaboração de uma idéia de sexualidade autônoma em relação ao dimorfismo sexual e à cultura de gênero aparece de modo mais claro nas abordagens sobre a bissexualidade. Este, tradicionalmente, não é um comportamento tão discutido quanto a homossexualidade, até porque, entre os homens, os bissexuais são rechaçados tanto por homo quan-

to por heterossexuais. Os primeiros consideram que a postura bissexual encobriria o constrangimento individual de lidar com a homossexualidade, não contribuindo para as lutas de afirmação da identidade homossexual. Os segundos consideram o bissexual como um homossexual, acionando contra esse personagem o conjunto de preconceitos de que habitualmente os homossexuais são objeto (Lago, 1999).

Nas mulheres, a bissexualidade tem um significado distinto. Se uma mulher tem ou teve relações sexuais com mulheres, e também com homens, ela ainda é considerada “hetero”, como se a experiência com outras mulheres não fosse uma escolha ou um desejo, e sim uma circunstância. A idéia que parece reger essa atribuição distinta de significados à bissexualidade em homens e em mulheres ainda é a atribuição de superioridade à sexualidade dita masculina, ativa. Assim, haveria o rompimento da fronteira do gênero se um homem abre mão da sua posição de “ativo”, o que não ocorreria na relação entre duas mulheres, ambas “passivas”. Assim, a aparente menor condenação à prática de sexo entre as mulheres não seria fruto da aceitação social da diversidade sexual, mas uma decorrência da desvalorização da sexualidade e do desejo das mulheres.²⁵

A ambigüidade do processo de atribuição de sentidos e valores à bissexualidade, embora tomando como referência a idéia de uma sexualidade masculina ativa e dominante, sugere que talvez devêssemos olhar com mais atenção a possibilidade de os seres humanos sentirem-se atraídos entre si, de forma múltipla e não contingente, independente de seu sexo biológico. Para Garber (1977, *apud* Arriola), por exemplo, a bissexualidade não deveria ser considerada uma categoria, e sim uma “sexualidade que desfaz a orientação sexual como categoria”.

Na medida em que a interpretação diferenciada do comportamento bissexual de homens e mulheres obedece à estruturação do gênero, que desqualifica e penaliza o desejo sexual das mulheres, também as lésbicas têm sua sexualidade encoberta em silêncio.

De fato, a categoria “lésbica” não existe independente da categoria “mulher” (Arriola, 1994).²⁶ Não faz sentido isolar a categoria “lésbica” da discussão política sobre a opressão sexual que sofrem todas as mulheres, independente da sua orientação sexual. Ao mesmo tempo, a natureza da existência lésbica através das culturas e da história é complexa e multifacetada, configurando-se no entrecruzamento de outras dimensões, como classe social, etnia e subculturas sexuais. Seria necessário, portanto, o desenvolvimento de teorizações específicas que dessem visibilidade à experiência lésbica, sem divorciá-la dos demais aspectos que configuram a identidade de cada mulher e, ao mesmo tempo, buscando conexões entre a experiência lésbica e as demais vivências sexuais diversas da heterossexualidade.

Juventude e sexualidade

A disciplinarização da sexualidade e o esforço correlato em tornar possível a vivência do prazer sexual da forma como cada indivíduo deseja não diz respeito apenas às práticas entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes. Além da discussão de com quem é permitido ter sexo, muita atenção se volta para problematizar o “a partir de quando”, e a forma de orientar crianças e jovens para que desfrutem da sexualidade do melhor modo possível, buscando unir prazer e precaução quanto a eventuais conseqüências indesejadas do sexo.

Isso é particularmente importante em países como o Brasil, onde o grupo entre 15 e 24 anos representa aproximadamente 20% da população, apresentando tendências de crescimento de sua participação relativa na população total (IBGE, 2000) e de início da vida sexual cada vez mais cedo. Segundo pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP, 1999), 47% dos meninos e 34% das meninas menores de 15 anos no país já tinham tido experiência sexual.

Uma das conseqüências do início precoce da vida sexual é um início também precoce da vida reprodutiva. Cerca de 24% dos partos e 23% das curetagens pós-aborto realizados no sistema público de saúde são de jovens na faixa de 15 a 24 anos, não tendo sido ainda observada tendência de decréscimo da fecundidade entre jovens de 10 a 19 anos, particularmente nos níveis mais baixos de renda (BEMFAM, 1997).

Considerando que a gravidez entre os mais jovens nem sempre é planejada ou oportuna, e que a contaminação pelo HIV é mais freqüente na faixa de 15 a 25 anos, esforços têm sido direcionados no sentido de possibilitar o exercício seguro da sexualidade pelos jovens. Um dos resultados desse esforço é o aumento do uso de preservativos, que atingiu o percentual de 44% nessa faixa etária no final da última década (CEBRAP, 1999).

Desde 1980, sob a pressão do perfil demográfico brasileiro e da maior liberdade sexual dos jovens, tem sido debatida a necessidade de implantar programas de educação sexual nas escolas (ABIA, 2000). Mesmo sem que essa proposta se tenha tomado uma obrigatoriedade, muitas iniciativas foram desenvolvidas visando à construção de estratégias pedagógicas de educação sexual para jovens,²⁷ em grande medida motivadas pelo avanço da epidemia do HIV.

O eixo teórico que norteia um conjunto expressivo dessas iniciativas busca construir com os jovens uma relação em que sua sexualidade seja reconhecida e valorizada. Apenas quando o jovem não tem de esconder ou esconder-se da sexualidade, quando está seguro de que o sexo é um domínio humano não ligado à culpa, ao pecado, ao segredo e à mentira, ele pode buscar conscientemente o usufruto seguro de sua sexualidade. Segundo Vera Paiva (1998), “em qualquer grupo, mas principalmente trabalhando com jovens, o objetivo principal de um programa preventivo (para DST/aids) é promover o sujeito sexual [...] agente que regula cada experiência sexual, lidando com a complexidade e os múltiplos fatores que competem por sua atenção conscien-

te [no momento da experiência]”. Inspirada pela mesma corrente teórica que tenta compreender a autonomia da sexualidade em relação à identidade de gênero e à identidade sexual, a autora sugere que “o domínio do sujeito sexual é específico; a competência de ser sujeito em outras esferas da vida não se transfere, necessariamente, para a vivência da sexualidade”. Por essa razão, a diretriz do trabalho de educação sexual deve ser o enfoque específico na sexualidade, analisando de modo crítico as normas de gênero e os processos através dos quais estas determinam comportamentos que nem sempre correspondem ao desejo real de cada um. A decomposição e análise das cenas sexuais é outro recurso que possibilita ao jovem perceber o amplo conjunto de fatores em jogo no momento do encontro sexual, incluindo crenças, pressões do grupo e uso de certas substâncias que podem facilitar ou dificultar a adoção de medidas protetoras ao fazer sexo.

Apesar da disseminação da proposta teórica apresentada, porém, um grande número de iniciativas voltadas à educação sexual de jovens, inspiradas pelo temor da gravidez e da epidemia do HIV, ainda tem como perspectiva a idéia de postergação do início da vida sexual ou, ainda, de condenação das meninas que, “irresponsavelmente”, se exporiam ao sexo sem proteção ou preocupação.

Um modo de tentar entender por que os jovens (mas não apenas os jovens) muitas vezes lidam com a sexualidade de modo a serem considerados irresponsáveis – tendo intercursos sexuais sem proteção, com pessoas desconhecidas ou sob efeito de substâncias – tem sido o uso operacional do conceito de vulnerabilidade, em trabalhos visando à prevenção do HIV. Esse conceito aponta que a exposição ao risco do HIV está relacionada a um conjunto amplo e complexo de determinantes, que extrapolam a decisão e o comportamento individual. Ao contrário, mesmo o comportamento individual teria uma sobredeterminação em circunstâncias sociais e políticas, como o acesso à informação, a disponibilidade dos meios materiais e culturais

para a autoproteção e, ainda, um explícito investimento político no respeito e garantia aos direitos do indivíduo enquanto cidadão.

Ayres e cols. (1998), aplicando esse conceito em um trabalho com jovens de uma escola pública da periferia da cidade de São Paulo, mostram que, embora haja informação sobre sexualidade e prevenção de DST/aids, esta quase nunca é utilizada na comunicação da escola com os jovens e dos jovens entre si. Por outro lado, como as possibilidades de satisfação das necessidades desses jovens são muito estreitas, o risco passa a ser minimizado e ao mesmo tempo glamourizado,²⁸ dificultando a adoção de práticas sexuais seguras.

A gravidez entre jovens, outro importante foco de preocupação nas últimas décadas, é problematizada por Maria Luiza Heilborn (1998) a partir de suas dimensões culturais e socioeconômicas. Para essa autora, é necessário perceber que a própria idéia de adolescência como uma fase de transição para a vida adulta, na qual o jovem deveria prioritariamente estudar e preparar-se para a futura inserção no mercado de trabalho, é uma construção cultural recente. Assim, parte da preocupação com o tema parece ser mais referida a essa concepção específica de adolescência do que aos impactos mais gerais da maternidade para uma jovem. De fato, este não é um fenômeno homogêneo. A repercussão da gravidez na vida de uma jovem varia em função de sua inserção econômica e social, de seu ambiente cultural e mesmo da idade exata da jovem mãe. Uma gravidez em uma jovem de 17 anos, casada, residente no meio rural, é totalmente distinta de uma gravidez de uma jovem de 13 anos, solteira, pobre, negra, residente na periferia do Rio de Janeiro ou de São Paulo, por exemplo.

A preocupação com a gravidez entre jovens tem propiciado que um volume maior de trabalhos sejam desenvolvidos visando dar informações às meninas sobre contracepção e facilitar-lhes a recusa ao sexo, do que explorando os caminhos nos quais os

meninos constroem sua sexualidade. Margareth Arilha (1998), estudando a questão da responsabilidade sexual entre jovens do sexo masculino, verifica que a paternidade pode ser um importante rito de transição para o sentir-se adulto, especialmente quando sua condição socioeconômica impõe limites à auto-realização em outras áreas da vida, como profissional ou financeira.

Um estudo recente sobre jovens brasileiros identifica alguns pontos que deveriam ser considerados para a efetivação de seus direitos sexuais e reprodutivos (ABIA, 2000, p. 30): o primeiro seria a superação de desafios estruturais que põem em risco não apenas a vida, mas a *qualidade de vida* dos jovens, como a falta de emprego, a pobreza, a violência e os contextos de vulnerabilidade em relação à gravidez, uso de drogas, violência e aids, pela elaboração de discursos alternativos que efetivamente estimulassem os jovens no enfrentamento das problemáticas que põem em risco suas vidas e a qualidade destas; o segundo seria a desconstrução do conceito de juventude e adolescência, "superando os limites impostos por uma visão médica e psicológica", de modo a contemplar a "pluralidade de vivências da adolescência e juventude, considerando-se os recortes de etnia, gênero, classe social, cultura e outros".

Direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos

A idéia de direitos humanos é cada vez mais presente em nosso cotidiano, não como um conjunto de normas estanques, mas como um processo dinâmico de negociação entre indivíduos, grupos e Estado, visando o bem de todos e o respeito à cidadania.

A concepção de cidadania tem variado, em conteúdo e abrangência, ao longo dos séculos. Na Grécia antiga, onde surge, cidadãos eram apenas os homens livres – mulheres e escravos estavam excluídos – e o exercício da cidadania incluía a responsabilidade de participação na *pólis*. Os direitos que

correspondiam a essa concepção eram fundamentalmente os direitos civis. No decorrer da história, aos direitos civis vieram-se acrescentar os direitos políticos – assumir funções públicas –, ainda que excluindo mulheres e escravos. Só no século XX a idéia de cidadania passa a incorporar direitos sociais (Ávila, 1996).

Os direitos humanos inscrevem-se no conjunto dos direitos sociais e surgem como uma resposta aos horrores cometidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. O pressuposto é que os direitos humanos são direitos universais, inerentes à condição de pessoa, e não relativos a peculiaridades sociais e culturais de uma dada sociedade.

Os direitos sexuais e reprodutivos enquadram-se na chamada terceira geração dos direitos humanos, que se refere aos valores de solidariedade, sucedendo os direitos da primeira geração, relativos à liberdade, e aos da segunda, que correspondem à igualdade. Segundo Rosalind Petchesky (1999), “o conceito de direitos sexuais é a grande novidade nos debates internacionais que discutem o significado e o exercício dos direitos humanos”. Sua inclusão no debate dos direitos humanos assinala a importância da dimensão sexual na vida humana, buscando o reconhecimento das diversas orientações sexuais e a legitimidade de suas expressões. Além disso, explicita a íntima relação entre sexualidade e reprodução, sublinhando a produção cultural de símbolos, signos e interditos ligados à atividade sexual que, muitas vezes, transformam o exercício da sexualidade num exercício de poder (Petchesky, 1999).

A idéia de direitos sexuais implica a aceitação dos diferentes tipos de expressão sexual e a autonomia individual de decisão sobre o uso do próprio corpo. Assim, as diversas formas de expressão sexual que um indivíduo pode assumir ao longo da vida refletem um aspecto positivo das sociedades humanas, justas e pluralísticas, considerando-se, aí, a relação entre expressão sexual e a chamada identidade sexual (Petchesky, 1999).

Fortes propulsores para a inclusão da(s) sexualidade(s) e das identidades (sexuais) no âmbito dos direitos humanos foram o movimento das mulheres e o movimento *gay* e, de forma específica, o impacto da epidemia de aids sobre esses dois grupos populacionais. Assim, a proposição de direitos sexuais tem uma história que articula a luta das mulheres e de homens homossexuais na conquista de seus direitos no plano jurídico e no da saúde.

A reivindicação das mulheres por seus direitos sexuais já estava contida na fórmula “nosso corpo nos pertence” que, de certa maneira, se tornou o lema do feminismo na década de 1970. Segundo Maria Betânia Ávila e Sonia Corrêa (1999, p. 73), “desfazer o lugar do corpo (anatomia) como destino [...é um dos] fundamentos de uma nova concepção de cidadania que incorpora as vivências da sexualidade e da reprodução”. Para as mulheres, a reivindicação de direitos sexuais está diretamente relacionada a seus direitos reprodutivos, dado que o exercício livre e seguro da sexualidade só é possível se a prática sexual está desvinculada da reprodução.

No cenário da discussão feminista, o conceito de direitos reprodutivos surge na década de 1980, orientando a reivindicação pelo acesso a meios contraceptivos para as mulheres, marcando pesquisas e trabalhos de intervenção voltados a desconstruir a idéia de maternidade como dever e ampliando a discussão sobre o direito ao aborto. O termo “sexual” é acrescentado posteriormente, no contexto da CIPD (Cairo, 1994), que consagra a expressão “direitos sexuais e reprodutivos” (Corrêa, 1996). Pretende-se, assim, que as mulheres possam desfrutar do sexo, se assim o desejarem, independente de suas escolhas eróticas ou reprodutivas. Essa postura contrapõe-se à de subordinar a sexualidade à reprodução, de medicalizar a atividade sexual, tomando-a como mais um risco para aquisição de doenças, de gravidez indesejada, ou de normatizar o sexo com formulações sobre sexualidades “normais” e “patológicas”. Colocar a autonomia sexual da mulher no centro das propostas de saúde

sexual e reprodutiva tem sido um avanço na conquista da cidadania das mulheres, apesar de persistirem polêmicas em torno dos direitos sexuais das adolescentes e do direito ao aborto. Ao mesmo tempo, o avanço da epidemia de aids sobre as mulheres tem evidenciado as conseqüências de sua falta de autonomia sexual, traduzida pela dificuldade de acordar com um parceiro a necessidade de uso de proteção durante o encontro sexual.

Quanto aos homossexuais, os direitos sexuais vinculam-se inicialmente à luta contra a discriminação e violência, reforçada pela constatação de que estes eram fatores também responsáveis pela rápida expansão da epidemia de aids nesse grupo (Parker, 1999b).

Vale lembrar que a proposta de direitos sexuais exige como pressuposto uma concepção de sexualidade e seu exercício como fatos sociais. É o entendimento de que a sexualidade é mediadora e organizadora de nossa socialidade que nos permite pensar em direitos sexuais, assumindo a sexualidade e a identidade sexual como algo que diz respeito aos direitos humanos.

Segundo Rubens Adorno (1999), cada vez mais temos a percepção de que a identidade deixou de ser um dogma, uma característica inerente ao indivíduo, para dizer respeito à relação do indivíduo com a esfera pública, em que se diversificam suas possibilidades de ação e identificação. Identidades individuais seriam continuamente produzidas, usadas, rejeitadas e transformadas, em função dos múltiplos e variados modelos com que cada um se depara em seu cotidiano. É nesse sentido que se entende a adoção de diferentes expressões de sexualidade e, conseqüentemente, das identidades que daí derivam.

Assim como a construção da identidade sexual, a reivindicação por direitos sexuais situa-se na interface do público e do privado. Por um lado, refuta julgamentos morais em função de modos de obter prazer, apontando, inclusive, o aspecto redutor das potencialidades humanas ali implícito; por outro, exige liberdade para que afetos e relacionamentos possam ser vivenciados e assumidos sem discriminação. Na perspectiva dos direitos sexuais,

portanto, assumir uma identidade em função de um tipo particular de expressão sexual, mais do que uma contingência, sinalizaria a assunção e o exercício de um direito humano.

Em forma de conclusão

No Brasil, o debate no campo da sexualidade durante a década de 1990 esteve largamente inspirado nas posições neopragmáticas. Richard Rorty (1993), um dos principais veiculadores dessa posição, postula que é o sentido prático de um conhecimento, eticamente avaliado e intersubjetivamente negociado, que deve dar condições de validade para as pretensões de verdade. Orientados pela perspectiva pragmática, os estudos sobre sexualidade e gênero desenvolvidos no Brasil, particularmente nessa década, trazem o compromisso não com a descoberta de uma verdade que transcenda as necessidades humanas imediatas, mas com a busca de explicações e justificativas para a vida de homens e mulheres concretos, que lhes permita torná-la útil e criativa.

A desconstrução de uma perspectiva naturalizante de sexualidade e de gênero e, ainda, o entendimento da sexualidade e do gênero como sistemas autônomos, embora inter-relacionados, faz parte de um esforço de contribuir na construção de alternativas de exercício da alteridade. Mais do que isso, faz parte de uma crença de que o exercício livre das diferentes alteridades é fecundo e enriquecedor.

Assume-se, portanto, que a discriminação de indivíduos com base na atribuição de valores morais a características corporais – como anatomia sexual ou cor da pele – ou a comportamentos sexuais não se baseia em qualquer critério ético ou científico, ou em justificativas que possam ser consideradas como verdades.

A consolidação dessa postura dá-se em consonância com a crescente influência das políticas de identidade no pensamento social e nos comportamentos político-sociais do final do século XX. De fato, a cena político-institucional no final de século tem sido ocupada por grupos tradicionalmente excluídos dos espaços públicos de tomada de decisão, como as mulheres e os gays; também, na pauta de reivindicações o direito ao livre exercício da sexualidade aparece com a mesma importância com que se busca a equidade e a garantia de condições dignas de vida para todos. Mesmo porque a conquista desses requisitos – equidade e vida digna – depende da efetivação dos direitos sexuais, entendidos como liberdade e responsabilidade de cada um em relação a seu corpo e seu prazer.

Num contexto em que as pessoas são oprimidas ou discriminadas em função de seu sexo ou de suas escolhas sexuais, a verdade – ou o conhecimento justificável – seria o que apontasse para a superação desses atos discriminatórios e dos conceitos que lhes dão suporte.

NOTAS

- ¹ Na verdade, a discussão do estatuto de humanidade da mulher é cara à filosofia e, mesmo não tendo sido jamais seu foco central, de um modo ou de outro foi abordada por diferentes filósofos. No cristianismo, a discussão sobre a humanidade das mulheres é representada pela polêmica a respeito do momento em que a alma entraria no feto feminino.
- ² Conforme o *Minidicionário Aurélio* (1994, p. 468): "Sexo – Conformação particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e vegetais, atribuindo-lhes papel determinado na geração".
- ³ Desde Saussure, é bem estabelecida a concepção da linguagem como um fenômeno vivo e em constante transformação pelo uso, em contraposição a um conjunto estanque de vocábulos e regras gramaticais que dão sustentação aos atos de fala. No Brasil, Jurandir Freire Costa, em diversos estudos, tem difundido as concepções de diferentes teóricos da linguagem que se alinham em torno da proposta de "pragmatismo lingüístico". Nessa perspectiva, a ênfase deve ser posta nas regras de uso de termos e expressões nos diferentes jogos de linguagem ordinária, mais do que nos aspectos estruturais e fundamentais da linguagem (Costa, 1995b, p. 8). Partindo desse princípio, tomar a polissemia do termo "sexo" e, ao mesmo tempo, refletir sobre os diferentes usos de termos tidos como sinônimos parece-nos uma pista fecunda para entender o processo de significação sociocultural dos atos relacionados à reprodução.
- ⁴ Não é à toa que Freud inaugurava a ciência que marcou fortemente a cultura ocidental do século XX a partir da observação da importância, na constituição do sujeito psíquico, das experiências imaginárias em torno do sexual.
- ⁵ Uma discussão aprofundada sobre a subjetividade como um processo pode ser encontrada em Anamaria Coutinho (1994).
- ⁶ O mesmo processo de naturalização de desigualdades sociais ocorre em relação aos negros (conforme Costa, em comunicação pessoal, 1996).
- ⁷ Evidentemente essa supersimplificação não faz jus à complexidade e riqueza do pensamento desse importante pensador.
- ⁸ O questionamento a respeito do lugar do corpo na reflexão sexo-gênero adensa-se e aprofunda-se a partir do lançamento de *Gender trouble*, de J. Butler, em 1990.
- ⁹ Dentre os quais podemos apontar os que tematizam as consequências da sexualidade – gestações, desejadas ou não, DST/aids, aborto; os

comportamentos sexuais e as práticas ligadas à sexualidade, como o uso de contracepção; e ainda as expressões institucionais do sexo – casamentos, família e outras.

- ¹⁰ Essa perspectiva é adotada prioritariamente no campo dos estudos antropológicos, embora não exclusivamente.
- ¹¹ E, a partir da observação das diferentes subculturas *gay*, Weeks volta a questionar a heterossexualidade como pressuposto de normalidade e manifestação da essência sexual de cada um. Para ele, a instituição da heterossexualidade como norma não passa de mais um jogo de poder articulado em torno do sexo (Weeks, 1999, p. 54).
- ¹² Que tem como representantes Hite, Kinsey, Master e Johnson, entre outros.
- ¹³ Vale lembrar que, durante a maior parte de vida humana no planeta, a produção de seres humanos tinha um valor incalculável, já que a sobrevivência dos grupos dependia basicamente de braços, e que os recursos para enfrentar doenças e percalços da natureza eram mais limitados.
- ¹⁴ Existe uma polêmica quanto ao estatuto teórico de gênero, conceito ou categoria. Embora nesse texto clássico a autora tenha se referido a gênero como categoria, ao longo deste artigo estaremos tomando *gênero* como conceito, como propõe outra das autoras citadas, Heleieth Saffioti.
- ¹⁵ De um modo bastante simplificado, esta é a perspectiva que Butler defende quando aponta a “performatividade” do gênero.
- ¹⁶ É sabido, por exemplo, que muitas mulheres que lutam lado a lado com homens nas frentes de batalha, como em El Salvador ou na Nicarágua, ou que participam de ocupações com o Movimento dos Sem-Terra, no Brasil, ou ainda as profissionais do sexo, mantêm-se submissas diante de seus companheiros, sendo muitas vezes vítimas de violência física ou simbólica. Portanto, a experiência de romper com algumas insígnias do gênero na circulação pública não impacta os modos de sentir ou vivenciar as relações amorosas e demais dimensões da vida privada.
- ¹⁷ É importante identificar o exercício de micropoderes pelas mulheres como forma de resistência, em que pese o fato de que esse exercício muitas vezes opere apenas como um escape transitório e limitado. Não basta apenas perceber como as estruturas de gênero atuam na sociedade em geral, é preciso perceber como, em situações particulares, podem ocorrer mudanças ou rupturas na direcionalidade dos vetores de poder dominantes numa dada situação. Isso é o que se busca, por exemplo, na denúncia da violência física, moral, sexual e

psíquica perpetrada cotidianamente contra mulheres no lar, no trabalho, na rua ou nos serviços de saúde.

- ¹⁸ A homologia entre passividade e receptividade sexual é, sem dúvida, fantasiosa, bem como o deslizamento dessa homologia para a idéia de passividade nas relações pessoais. Do mesmo modo, alguns autores, dentre os quais Jurandir Costa, já têm problematizado essa idéia de “amor” que se constrói no mesmo movimento da construção de uma idéia de feminilidade, que guiaria a sexualidade das mulheres de modo a manter a monogamia e um certo desinteresse pelo sexo em si.
- ¹⁹ Grande parte da literatura sobre sexualidade produzida na perspectiva de intervenções que aumentem a autonomia das mulheres em relação a seu corpo e sua sexualidade apóia-se nesse modelo.
- ²⁰ Segundo essa autora, estima-se que 4% da população mundial seja composta por hermafroditas, considerando as diferentes possibilidades de combinação de caracteres biológicos masculinos e femininos.
- ²¹ Embora a atual crise econômica e de empregos obrigue muitos homens a assumir maior responsabilidade com os filhos e na contracepção, e que a maior participação nos processos reprodutivos seja uma reivindicação de alguns grupos masculinos que se sentem oprimidos por essa norma de gênero, a menor participação masculina na reprodução ainda é o comportamento hegemônico.
- ²² O descompasso entre desejos expressos e atos declarados não é uma característica da cultura sexual brasileira. Em pesquisa sobre comportamento sexual realizada na França, sob coordenação de Michel Bozon, dos 1,3% de respondentes que foram homossexuais a vida inteira, 18% dizem sentir-se atraído por mulheres. Do conjunto dos respondentes que se declara heterossexual, 2% dizem sentir-se atraídos por homens. A autodefinição como bissexual inclui relações ou atração por pessoas dos dois sexos simultaneamente ou alternado durante a vida. Pesquisas sobre comportamento sexual de homens *gays*, realizadas na Austrália (Connell e Dowsett, 1992) e com migrantes na fronteira México–Estados Unidos, apresentam resultados semelhantes.
- ²³ Evidentemente, como todos somos presas das malhas do gênero, essas fantasias não são específicas dos heterossexuais, havendo em muitos casais homossexuais a reprodução parcial ou total de um modelo de relação baseado na estereotipia dos papéis ditos femininos e masculinos na relação conjugal.
- ²⁴ Mais uma vez, lembramos que a norma que associa sexo e reprodução sanciona comportamentos distintos para homens e mulheres.

- 25 É comum, por exemplo, o uso de imagens de duas mulheres relacionando-se sexualmente como modo de excitação masculina.
- 26 Que, na cultura de gênero, se constrói em relação à categoria "homem".
- 27 A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (do Ministério da Educação, 1996) de incluir educação sexual como tema transversal nos currículos escolares é uma tentativa de incorporar a sexualidade como uma das dimensões do desenvolvimento humano a ser abordada pela escola.
- 28 Alguns autores têm sublinhado como a idéia de "correr riscos" é valorizada na cultura de gêneros, que a associa a outros atributos masculinos altamente apreciados, como coragem, força ou resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS. *Pasagem segura para a vida adulta: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, 2000 (Coleção ABIA Saúde Sexual e Reprodutiva, 1).
- ADORNO, Rubens. Identidade e exclusão. In: BARBOSA, Regina M. PARKER, Richard (orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: IMS/UEFJ, 1999, p. 90-7.
- ARILHA, Margareth. Homens entre a zoeira e a responsabilidade. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra e MEDRADO, Benedito (orgs.). *Homens e masculinidades*. São Paulo: Ed. 34, 1998, p. 51-77.
- ARRIOLA, Elvia R. Desigualdades de gênero: lésbicas, gays e teoria legal feminista. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 388-427, 1994.
- AURIOLES, Eusebio R. Introducción al estudio de la sexualidad humana. In: FERNÁNDEZ, Celia (coord.). *Antología de la sexualidad humana*. México: Líbero CONAPO, 1994, p. 17-46.
- ÁVILA, Maria Betânia, CORRÊA, Sonia. O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil: revisitando percursos. In: GALVÃO, Loren, DIAZ, Juan (orgs.). *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 70-103.
- ÁVILA, Maria Betânia e GOUVEIA, Taciana. Notas sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina M. (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ABIA, IMS/UEFJ, 1996, p. 60-72.
- AYRES, J. Ricardo; CALAZANS, Gabriela e FRANÇA JUNIOR, Ivan. Vulnerabilidade do adolescente ao HIV/Aids. In: VIEIRA, Elizabeth M. et al. (orgs.). *Seminário Gravidez na Adolescência*. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família, 1998, p. 97-109.
- AZEREDO, Sandra. Relações sociais de gênero, raça e relações interétnicas. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. esp., p. 203-16, 2º sem. 1994.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. XY: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

- BARBIERI, Terezita. Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica. In: AZEREDO, Sandra (org.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo: PRODIR, FCC, 1991, p. 25-45.
- BEMFAM - SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL. *Pesquisa nacional sobre demografia e saúde - Pnos 1996*. Rio de Janeiro: BEMFAM, Macro, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Meyer e WALDOW, Martha (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 28-51.
- BURIN, Mabel. *Estudios sobre la subjetividad femenina*. Buenos Aires: Ed. Latinoamericano, 1987.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam*. In: LOURO, Guacira L. (org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-72.
- _____. *El género en disputa*. México: Paidós, UNAM, PUEG, 2001.
- CEBRAP - CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. *Comportamento sexual da população brasileira e percepções sobre HIV e aids: relatório de pesquisa*. Brasília: MS, CN-DST/Aids, 1999.
- CONNELL, Robert W. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- CONNELL, Robert W. e DOWSETT, Gary W. (eds.). *Rethinking sex: social theory and sexuality research*. Carlton: Melbourne University Press, 1992.
- CORRÊA, Marilena V. Sexo, sexualidade e diferença sexual no discurso médico: algumas reflexões. In: LOYOLLA, M. Andréa (org.). *A sexualidade nas ciências sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 69-91.
- CORRÊA, Sonia. Gênero e sexualidade como sistemas autônomos. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina M. (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ABIA, IMS/UERJ, 1996, p. 149-59.
- _____. Saúde reprodutiva, gênero e sexualidade: legítimas e novas indagações. In: GIFFIN, Karen e COSTA, Sarah H. (orgs.). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, p. 39-49.
- CORREIA, Marisa. Sexualidade e antropologia: comentários sobre a exposição de Maria Andréa Loyolla. In: LOYOLLA, M. Andréa (org.). *A sexualidade nas ciências sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 253-6.
- COSTA, Jurandir F. A construção cultural da diferença entre os sexos. In: Coletânea dos trabalhos desenvolvidos no VII Encontro de Orientação Sexual. Campinas: GEISH, UNICAMP, 1995a, p. 3-12.
- _____. *A face e o verso*. São Paulo: Escuta, 1995b.
- COSTA, Jurandir F. (org.). *Redescrições em psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- COUTINHO, Anamaria R. Repensando a questão da subjetividade em uma perspectiva pragmática. In: COSTA, Jurandir F. (org.). *Redescrições em psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 61-117.
- CUCCHIARI, Salvatore. La revolución de género y la transición. In: LAMAS, Marta (comp.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: UNAM, PUEG, 1996, p. 181-264.
- DIAMOND, Jarred. *Why is sex fun? The evolution of human sexuality*. Nova Iorque: Basic Books, 1997.
- DIDEROT, Denis, D'EPINAY. *O que é uma mulher?*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FERGUSON, Ann. On conceiving motherhood and sexuality: a feminist materialistic approach. In: MEYERS, Diana (ed.). *Feminist social thought: a reader*. Nova Iorque: Routledge, 1977, p. 38-63.
- FERRERIA, Aurélio B. H. (ed.). *Minidicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- FIGUEROA, Juan Guillermo. La presencia del varón en la salud reproductiva. In: HARDY, Ellen et al. (eds.). *Ciências sociais e medicina*. Campinas: CEMICAMP, 1995, p. 193-226.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*, 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- GAGNON, John e SIMON, William. *Sexual conduct: the social sources of human sexuality*. Chicago: Aldine, 1973.
- GIAMI, Alain. Representações e sexualidade: psicologia social e pluridisciplinaridade. In: LOYOLLA, M. Andréa (org.). *A sexualidade nas ciências sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 201-225.
- GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: ISIS INTERNACIONAL. *Fin de siglo*. Santiago de Chile, 1992, p. 83-110 (Ediciones de las Mujeres, 17).
- HEILBORN, M. Luíza. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In: VIEIRA, Elizabeth M. et al. (orgs.). *Seminário Gravidez na Adolescência*. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família, 1998, p. 23-32.
- HERDT, Gilbert. *Culture and sexual risk: anthropological perspectives on aids*. Amsterdã: Gordon & Breach, 1995.
- KEHL, M. Rita. *Deslocamentos do feminino*. São Paulo: Imago, 1998.

- KIMMEL, Michel. La producción teórica sobre la masculinidad: nuevos aportes. In: ISIS INTERNACIONAL. *Fin de siglo*. Santiago de Chile, 1993, p. 129-38 (Ediciones de las Mujeres, 17).
- LAGO, Regina F. Bissexualidade masculina: uma identidade negociada? In: HEILBORN, M. Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 157-74.
- LAMAS, Marta (comp.). Introducción. In: *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: UNAM, PUEG, 1996a, p.9-20.
- _____. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría género. In: *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: UNAM, PUEG, 1996b, p. 327-66.
- LAQUEUR, Thomas. *Making sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Nova Iorque: Harvard University Press, 1992.
- LAURENTI, Rui. *Perfil de saúde masculina nas Américas*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, USP, 1996.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- LOURO, Guacira L. (org.). Pedagogias da sexualidade. In: *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 9-35.
- LOYOLLA, M. Andréa. *Sexo e sexualidade na antropologia*. In: *A sexualidade nas ciências sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p.17-47.
- MARCONDES, Danilo. *Textos básicos em filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
- OLIVEIRA, Pedro P. Discursos sobre a masculinidade. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 91-112, 1998.
- ORTNER, Sherry e WHITEHEAD, Harriet. Indagaciones acerca de los significados sexuales. In: LAMAS, Marta (comp.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: UNAM, PUEG, 1996, p. 127-79.
- PAIVA, Vera. O sujeito sexual: uma proposta de intervenção. *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, Rio de Janeiro: [IMS, UERJ], n.10, p. 5, 1998.
- PARKER, Richard. *Corpos, prazeres, paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1992.
- _____. *Beneath the equator*. Nova Iorque: Routledge, 1999a.
- PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, Guacira L. (org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999b, p.125-82.
- PETCHESKY, Rosalind P. Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: BARBOSA, Regina M. e PARKER, Richard (orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: IMS, UERJ, 1999, p. 15-38.
- RAGO, Margareth. Os mistérios do corpo feminino ou as muitas descobertas do *amor veneris*. Campinas, s.d., mimeo.
- RORTY, Richard. Solidariedade ou objetividade? *Novos Estudos [CEBRAP]*, São Paulo, n. 36, jul. 1993, p. 109-21.
- ROSEMBERG, Martha. [Comunicação pessoal durante o I Seminário de Difusão de la Iniciativa, nov. 2001]. México: GIRE, Acción Mujer, 2001.
- RUBIN, Gayle. The traffic on women: notes on the political economy of sex. In: REITTER, Rayna. *Towards an anthropology of women*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1975.
- _____. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole (ed.). *Pleasure and danger*. Nova Iorque: Routledge & Kegan Paul, 1984, p. 267-89.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Violência de gênero, poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.
- _____. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta (comp.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: UNAM, PUEG, 1996, p. 265-302.
- VILLA, Alejandro. Fecundidade e masculinidade: alguns dilemas subjetivos na construção do gênero dos varões. In: SILVA, Dayse P. M. (org.). *Saúde, sexualidade e reprodução*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997, p. 31-47.
- VILLELA, Wilza V. Mulher e saúde mental. Tese (doutorado em medicina preventiva), FMUSP, USP, São Paulo, 1992.
- _____. *Homens que fazem sexo com mulheres*. São Paulo: NEPAIDS, 1997.
- _____. Saúde integral, sexual e reprodutiva da mulher. In: COLETIVO FEMINISTA SEXUALIDADE E SAÚDE (org.). *Saúde das mulheres*. São Paulo, 2000, p. 23-32.